

AULA 01 — Nação: uma comunidade imaginada

Quem inventou o Brasil — e quem ficou de fora da invenção

UC8 – Narrativas de Identidade e Nação · 3º BIMESTRE · 90 minutos

Estudante(s): _____ Turma: _____ Data: ____/____/____

Bem-vindo à primeira aula da nossa unidade curricular. Ao longo do semestre vamos investigar uma pergunta que parece simples, mas tem resposta surpreendente: o que é, exatamente, uma nação?

Você vai perceber que a resposta óbvia — "é o povo de um país" — não se sustenta quando examinada de perto. E vai conhecer o conceito que organiza todo o nosso curso: o de comunidade imaginada.

CONCEITO-CHAVE · O QUE VOCÊ DEVE SABER AO FINAL DESTA AULA

1) Explicar por que uma nação não é um fato da natureza, mas uma construção histórica. 2) Diferenciar país, Estado e nação. 3) Reconhecer como símbolos nacionais são criados e por quem. 4) Identificar quem foi deixado de fora da ideia de Brasil construída no século XIX.

FIQUE ATENTO

COMO ESTE MATERIAL ESTÁ ORGANIZADO. O material está dividido em dois blocos. O BLOCO 1 é para ser lido e resolvido em sala, com o professor por perto. O BLOCO 2 é para ser concluído em casa. Traga as respostas do Bloco 2 na próxima aula.

BLOCO 1 · PARA FAZER EM SALA

Leitura das seções 1 a 6 e resolução das questões 1 a 4 · cerca de 60% do material

1. Comece por um exercício

Antes de qualquer definição, faça o seguinte exercício mental. Pense em quantos brasileiros você conhece pessoalmente. Some a sua família, os vizinhos, os colegas de escola, os amigos, as pessoas da igreja, do time, do trabalho.

Você provavelmente chegou a algumas centenas de pessoas. Talvez mil, se for muito sociável. Agora compare: o Brasil tem cerca de 200 milhões de habitantes. Você nunca viu, nunca verá e nunca trocará uma palavra com mais de 99,9% das pessoas com quem, segundo dizem, você compartilha uma nação.

E, mesmo assim, alguma coisa acontece. Quando a seleção entra em campo, você torce. Quando uma tragédia atinge uma cidade brasileira que você nunca visitou, você sente algo parecido com luto. Você tem sentimentos por milhões de estranhos.

PARA PENSAR

Por que sentimos pertencimento por pessoas que nunca veremos? Antes de continuar a leitura, tente responder mentalmente.

Talvez você tenha pensado em "sangue" ou "origem". Mas o Brasil é feito de indígenas, africanos, portugueses, italianos, japoneses, sírios, bolivianos, haitianos e muitos outros. Talvez tenha pensado em religião, ou na língua. Mas aqui há muitas religiões, e no território brasileiro ainda se falam mais de 150 línguas indígenas, além do português.

RESUMINDO

- Você conhece pessoalmente uma fração mínima dos seus compatriotas.
- Ainda assim, sente pertencimento por milhões de desconhecidos.

- Esse vínculo não se explica por sangue, religião ou língua de origem.

2. Nem sempre existiram nações

A primeira coisa a entender é que nações, no sentido em que usamos hoje, são invenções recentes. Durante a maior parte da história humana, elas simplesmente não existiram.

A vida antes das nações

Imagine um camponês que vivia numa aldeia do interior da França, no ano 1200. Ele não se considerava "francês" — provavelmente nem sabia que existia algo chamado França. O que ele sabia era outra coisa: que devia obediência ao senhor daquelas terras e que rezava em latim, uma língua que não entendia.

A identidade dele era, ao mesmo tempo, muito pequena e muito grande. Pequena porque se resumia à aldeia. Grande porque, acima disso, só havia a cristandade — algo vago e distante. Entre as duas coisas não existia praticamente nada. Não havia "país" no meio.

CONCEITO-CHAVE · SÚDITO E CIDADÃO

SÚDITO é aquele que deve obediência a um soberano: não tem direitos, tem deveres. CIDADÃO é aquele que possui direitos garantidos perante o Estado e participa das decisões coletivas. A passagem de súdito a cidadão é uma das maiores transformações políticas da história moderna.

Naquele mundo, o rei governava por direito divino — porque Deus assim quisera. Se uma princesa se casasse com um príncipe de outro reino, populações inteiras podiam mudar de dono, sem que ninguém lhes perguntasse nada.

A virada

Algo muda entre os séculos XVIII e XIX. A Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) introduzem uma ideia radicalmente nova: a de que o poder não vem de Deus nem do rei, mas do povo. E a palavra que passa a designar esse povo soberano é justamente nação.

FIQUE ATENTO

Repare no tamanho da inversão. Antes, o poder descia do alto: Deus escolhia o rei, e o rei governava os súditos. Depois, o poder passa a subir de baixo: a nação é soberana e escolhe seus representantes. Essa inversão está na base de todas as democracias modernas — e também de todas as brigas sobre quem faz parte da nação.

RESUMINDO

- Nações modernas são recentes: têm pouco mais de dois séculos.
- Antes delas, as pessoas eram súditos de um soberano, não cidadãos de um país.
- As revoluções do fim do século XVIII inverteram a origem do poder: ele passa a vir do povo.

3. O conceito central: comunidade imaginada

Em 1983, o pesquisador Benedict Anderson publicou o livro *Comunidades Imaginadas*, uma das obras mais influentes já escritas sobre o assunto. A definição dele é curta, mas cada palavra carrega um argumento.

CONCEITO-CHAVE · A DEFINIÇÃO DE ANDERSON

A nação é uma comunidade política IMAGINADA, e imaginada como intrinsecamente LIMITADA e SOBERANA.

Imaginada

Este é o ponto que mais gera confusão, então preste atenção. Anderson NÃO está dizendo que a nação é falsa ou fingida. Está dizendo que ela existe na cabeça das pessoas — porque é impossível existir de outro modo. Nas palavras dele: mesmo os membros da menor das nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, mas na mente de cada um vive a imagem de sua comunhão.

E aqui está o detalhe decisivo: uma coisa imaginada coletivamente por milhões de pessoas produz efeitos concretos. Produz leis, exércitos, impostos, fronteiras e guerras. O dinheiro funciona assim também: uma cédula só vale porque todos concordam que vale. Isso não a torna menos real na hora de comprar o almoço.

FIQUE ATENTO

ERRO CLÁSSICO DE PROVA: escrever que "a nação é imaginada, logo é uma mentira". Isso está errado e derruba a resposta. Imaginada quer dizer construída coletivamente — e algo construído coletivamente é bem real em seus efeitos. Afirmar que algo foi construído historicamente não é o mesmo que dizer que é falso: a Constituição também foi construída historicamente, e nem por isso deixa de valer.

Comunidade

A nação é imaginada como uma irmandade horizontal, entre iguais. Isso é notável, porque nenhuma nação é de fato igualitária: todas têm ricos e pobres, poderosos e explorados.

Mesmo assim, ela é sempre concebida como fraternidade. É isso, diz Anderson, que explica por que tantas pessoas se dispuseram, nos últimos dois séculos, não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas invenções. Ninguém morre por uma empresa. Muita gente morreu por uma bandeira.

Limitada

Toda nação tem fronteiras, e além delas existem outras nações. Nenhuma se imagina abrangendo a humanidade inteira.

Este é o ponto mais importante para o nosso semestre. Se a nação é limitada, ela tem obrigatoriamente um lado de dentro e um lado de fora. Sempre existe alguém que não pertence. E a pergunta que vamos perseguir até dezembro é esta: quem foi deixado do lado de fora — inclusive morando do lado de dentro?

Soberana

A nação se imagina livre para governar a si mesma, sem obedecer a autoridade superior. O conceito nasce junto com o fim da legitimidade dos reis por direito divino.

RESUMINDO

- Imaginada: existe na mente coletiva, mas produz efeitos concretos e reais.
- Comunidade: é pensada como irmandade horizontal, mesmo havendo desigualdade.
- Limitada: tem fronteiras, logo sempre inclui uns e exclui outros.
- Soberana: reivindica o direito de decidir o próprio destino.

4. Como se fabrica uma nação

Se a nação é imaginada, alguém precisa fornecer o material para essa imaginação. Anderson mostra que duas tecnologias foram decisivas: o jornal e o romance.

O jornal e a sensação de estar junto

Quando alguém lê o jornal pela manhã, sabe que milhares de outras pessoas estão fazendo a mesma coisa, ao mesmo tempo, lendo as mesmas notícias. Não as vê, mas tem certeza de que existem. Isso cria a chamada sensação de simultaneidade: a impressão de que uma multidão de desconhecidos vive o mesmo presente que você.

EXEMPLO · ISSO AINDA ACONTECE HOJE

Pense em quando um resultado eleitoral é anunciado, quando um vídeo viraliza ou quando o Brasil joga uma final. Você sente que milhões de pessoas estão vivendo aquilo junto com você, no mesmo instante. As redes sociais fazem hoje, com muito mais velocidade, o que o jornal impresso fazia no século XIX.

A escola: onde se aprende a ser brasileiro

Existe uma instituição que faz tudo isso ao mesmo tempo, e você está dentro dela agora.

A escola pública, universal e obrigatória, é criação relativamente recente, e não surgiu apenas por generosidade. Os Estados modernos perceberam que precisavam de populações que falassem a mesma língua, conhecessem a mesma história e reconhecessem os mesmos símbolos. Sem isso não há exército nacional, nem burocracia que funcione, nem mercado interno integrado.

Pense no que a escola faz: ensina uma língua padrão; ensina uma versão da história em que certas pessoas são heróis; organiza o ano em torno de datas cívicas; distribui livros didáticos aprovados nacionalmente, de modo que estudantes de Roraima e do Rio Grande do Sul leiam os mesmos textos.

CONCEITO-CHAVE · TRÊS INSTITUIÇÕES QUE ENSINAM A IMAGINAR A NAÇÃO

O CENSO cria categorias e obriga cada pessoa a caber em uma delas — no Brasil, o IBGE pergunta cor ou raça, e é a partir dessas categorias que se medem desigualdades e se formulam políticas de cotas. O MAPA transforma o território em logotipo reconhecível, mas apaga o que não interessa mostrar: territórios indígenas, quilombos, desigualdades internas. O MUSEU escolhe o que a nação deve lembrar — e, ao escolher, define o que será esquecido.

FIQUE ATENTO

Nada disso é conspiração, e nada disso é necessariamente ruim. Uma língua comum permite comunicação; uma história comum permite debate. O ponto é outro: é preciso reconhecer que a escola também constrói a nação — e que o que ela ensina resulta de escolhas feitas por alguém.

VOCÊ SABIA?

Até 2003, história e cultura africana e afro-brasileira não eram conteúdo obrigatório nas escolas do Brasil. Passaram a ser pela Lei nº 10.639. Em 2008, a Lei nº 11.645 acrescentou a obrigatoriedade da história e cultura indígena. Ou seja: em 2003 e em 2008 o país decidiu oficialmente ampliar quem faz parte da história que conta sobre si mesmo. Esta unidade curricular existe por causa dessas duas leis.

RESUMINDO

- Jornal e romance ensinaram a imaginar milhões de desconhecidos como um só corpo.
- A escola padroniza língua, história, símbolos e calendário.
- Censo, mapa e museu definem quem é contado, o que é mostrado e o que é lembrado.

5. Tradições que parecem antigas, mas não são

No mesmo ano de 1983, os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger publicaram *A Invenção das Tradições*. A tese é provocadora: muitas tradições que consideramos antiquíssimas foram criadas recentemente — e criadas de propósito.

CONCEITO-CHAVE · TRADIÇÃO INVENTADA

Prática, ritual, data ou símbolo criado em um momento histórico determinado, mas apresentado como antigo e imemorial. A repetição faz com que pareça natural, e as pessoas param de perguntar de onde aquilo veio.

Por que fazer isso? Porque tradições produzem coesão. Um povo que canta o mesmo hino, celebra as mesmas datas e reverencia os mesmos heróis se comporta como um grupo. E um grupo é mais fácil de governar, de mobilizar e, se for o caso, de convocar para uma guerra.

EXEMPLO · O CASO BRASILEIRO

A bandeira que usamos hoje foi criada em 1889, quatro dias depois da Proclamação da República, para substituir a bandeira imperial. A letra do Hino Nacional só foi oficializada em 1922, no centenário da Independência. Ou seja: cantamos como antiquíssimo um texto oficializado há pouco mais de cem anos.

FIQUE ATENTO

A pergunta importante não é se a tradição é antiga ou recente. A pergunta é: QUEM escolheu? Toda tradição inventada responde a interesses de quem estava em posição de decidir o que o país iria celebrar — e o que iria esquecer.

RESUMINDO

- Muitas tradições nacionais foram criadas recentemente e apresentadas como antigas.
- Elas servem para produzir coesão e facilitar o governo de grandes populações.
- Bandeira (1889) e letra do Hino (1922) são exemplos brasileiros.

6. Três palavras que não são sinônimas

No dia a dia usamos país, Estado e nação como se fossem a mesma coisa. Nas provas de vestibular, não são. Fixe a diferença.

CONCEITO-CHAVE · PAÍS, ESTADO E NAÇÃO

PAÍS é o território, o espaço geográfico com fronteiras — a dimensão física. ESTADO é a estrutura que governa esse território: governo, leis, tribunais, polícia, forças armadas, burocracia — a dimensão institucional. NAÇÃO é a comunidade de pessoas que se reconhecem como pertencentes ao mesmo grupo, com história e símbolos compartilhados — a dimensão da identidade.

O interessante é que esses três elementos podem não coincidir. E é justamente aí que aparecem os conflitos.

EXEMPLO · QUANDO OS TRÊS NÃO COINCIDEM

Existem nações sem Estado: os curdos se reconhecem como povo, mas seu território está dividido entre Turquia, Iraque, Irã e Síria. Existem Estados com várias nações dentro: o Reino Unido reúne ingleses, escoceses, galeses e norte-irlandeses. E existem casos como o brasileiro, em que o Estado reconhece dentro de si povos com organização social, línguas e territórios próprios — é o que faz o artigo 231 da Constituição de 1988.

FIQUE ATENTO

Guarde essa distinção. Quando dissermos, nas próximas aulas, que o Estado brasileiro do século XIX construiu uma nação que excluía parte da sua própria população, estaremos usando os termos com precisão: o aparato estatal produziu uma identidade nacional que não incluía todos os habitantes do país.

RESUMINDO

- País = território. Estado = instituições de governo. Nação = identidade compartilhada.
- Os três podem não coincidir, e é daí que nascem muitos conflitos.

ATIVIDADE — PARTE A (em sala)

Responda no espaço abaixo. Você pode consultar o texto e conversar com o colega ao lado.

1. Explique, com suas palavras, por que Benedict Anderson afirma que a nação é uma comunidade imaginada. Deixe claro por que "imaginada" não significa "falsa".
2. Diferencie país, Estado e nação. Depois, dê um exemplo concreto em que esses três elementos não coincidem.
3. A bandeira brasileira é de 1889 e a letra do Hino Nacional foi oficializada em 1922. Como esses dois fatos ajudam a entender o conceito de tradição inventada?
4. Cite três símbolos que, para você, representam o Brasil. Escolha um deles e explique, em até 6 linhas, quem esse símbolo representa e quem ele deixa de representar.

7. Dois modos de decidir quem pertence

Existem, basicamente, duas maneiras de definir quem faz parte de uma nação. Entender essa diferença ajuda a compreender notícias que você vê todos os dias.

CONCEITO-CHAVE · NACIONALISMO CÍVICO E NACIONALISMO ÉTNICO

NACIONALISMO CÍVICO: pertence à nação quem partilha as instituições, as leis e os valores políticos daquele Estado, independentemente de origem, cor ou religião. O vínculo é jurídico. **NACIONALISMO ÉTNICO:** pertence à nação quem compartilha ascendência, sangue, língua materna, religião ou cultura de origem. O vínculo é hereditário.

Nenhum país é puramente um ou outro; a maioria mistura os dois modelos. Mas a proporção da mistura muda tudo. Quanto mais uma nação se define por ascendência, mais fácil fica transformar quem é diferente em estrangeiro dentro da própria terra.

PARA PENSAR

Quando alguém diz que determinado grupo "não é realmente brasileiro", que tipo de nacionalismo essa pessoa está usando? E que consequências práticas esse argumento pode ter na vida de quem é alvo dele?

O Brasil construiu um discurso oficial de nação cívica e miscigenada — a ideia de que aqui todos se misturaram e todos são brasileiros. Ao longo do semestre veremos que esse discurso escondeu uma hierarquia bastante concreta sobre quem valia mais e quem valia menos dentro dessa mistura.

RESUMINDO

- Cívico: pertence quem compartilha leis e instituições.
- Étnico: pertence quem compartilha origem e ascendência.
- Quanto mais étnico o critério, mais fácil excluir quem já mora no país.

8. O Brasil precisa se inventar

Agora vamos aplicar tudo isso ao nosso caso. Em 7 de setembro de 1822 o Brasil se torna independente de Portugal. E surge, imediatamente, um problema prático: que país é este, afinal?

A elite brasileira falava português, era católica, vestia-se à moda europeia e governava com instituições herdadas de Portugal. Se a identidade nacional fosse definida por esses elementos, o Brasil seria apenas uma continuação de Portugal do outro lado do oceano. Péssimo argumento para um país que acabara de se separar justamente de Portugal.

Era preciso encontrar algo que fosse nosso e só nosso. Algo que não existisse na Europa. E a resposta encontrada por escritores e intelectuais do século XIX foi: a natureza tropical e o indígena.

O indígena de papel

Nas próximas aulas veremos isso em detalhe, principalmente na obra de José de Alencar. Mas já podemos antecipar o essencial: o indígena escolhido para representar o Brasil era um indígena literário — nobre, corajoso, leal e convenientemente disposto a se sacrificar pelo colonizador branco. Um herói de papel.

Enquanto isso, na vida real, os indígenas eram expulsos de suas terras, catequizados à força, reduzidos por doenças e violência, e excluídos do acesso legal ao território. Na Aula 3 vamos estudar a Lei de Terras de 1850, aprovada exatamente no período em que essa literatura florescia.

FIQUE ATENTO

Aqui está o padrão que você verá se repetir o semestre inteiro, no Brasil e nos Estados Unidos: O SÍMBOLO ELOGIA ENQUANTO A NORMA EXCLUI. O texto literário celebra o indígena; o texto jurídico toma sua terra. A Declaração de Independência americana proclama que todos os homens são iguais; a legislação mantém a escravidão.

RESUMINDO

- Após 1822 o Brasil precisava de uma identidade que não fosse portuguesa.
- Escolheu-se o indígena como símbolo nacional na literatura.
- Ao mesmo tempo, os indígenas reais perdiam terra e direitos.

9. Quem ficou de fora da nação brasileira

Vale tornar concreto o que significa "ficar de fora". Não é figura de linguagem: é exclusão registrada em lei.

AS PESSOAS ESCRAVIZADAS estavam juridicamente fora: não eram sujeitos de direito, mas propriedade. A escravidão só foi abolida em 1888, e o Brasil foi o último país das Américas a fazê-lo. A abolição veio sem terra, sem indenização, sem educação e sem nenhuma política de integração.

OS POVOS INDÍGENAS estavam fora de outro modo: eram tratados pelo Estado como incapazes, sujeitos a tutela. Sua presença era admitida no símbolo, mas não na terra.

AS MULHERES, de todas as origens, estavam fora da vida política: só conquistaram o direito ao voto no Brasil em 1932.

AS PESSOAS ANALFABETAS estiveram fora do direito de voto até 1985. Num país que manteve a maioria da população sem escola por décadas, essa exclusão atingia sobretudo negros, indígenas e pobres.

FIQUE ATENTO

Some tudo isso e chegue à conclusão: a nação brasileira imaginada no século XIX era muito menor do que a população brasileira real. Ela cabia, basicamente, nos homens brancos, livres, proprietários e alfabetizados. Todo o resto aparecia como paisagem, como símbolo ou como mão de obra.

RESUMINDO

- Pessoas escravizadas: fora por serem tratadas como propriedade até 1888.
- Povos indígenas: presentes no símbolo, ausentes no direito à terra.
- Mulheres: sem voto até 1932. Analfabetos: sem voto até 1985.

10. Isso tudo acabou? Não.

Seria confortável tratar tudo isso como assunto encerrado, coisa de livro de história. Não é.

A disputa sobre quem pertence à nação continua ativa, e você a encontra no noticiário desta semana. Ela aparece no debate sobre demarcação de terras indígenas, que estudaremos nas Aulas 9 e 10. Aparece na discussão sobre cotas raciais. Aparece nas reações a imigrantes haitianos, venezuelanos e bolivianos que vivem e trabalham aqui. Aparece, de forma agressiva, nos discursos de ódio nas redes sociais, tema das Aulas 12 e 13.

Em todos esses casos a estrutura do argumento é a mesma: alguém está afirmando que determinado grupo não faz parte, ou não faz parte plenamente, da comunidade nacional.

PARA PENSAR

Se a nação é uma construção, e não um fato da natureza, o que isso significa para o futuro? Uma coisa construída por seres humanos pode ser reconstruída de outro jeito?

É por isso que o conceito de comunidade imaginada é útil. Ele não serve para dizer que a nação é mentira. Serve para lembrar que ela é uma construção — e que tudo o que foi construído por pessoas pode ser reconstruído de forma mais justa.

11. Um método para o semestre inteiro

Encerro esta aula com uma ferramenta prática. Você vai usá-la o semestre inteiro, no seminário final e também nas provas de seleção. Diante de qualquer texto, imagem, monumento, música ou discurso que fale de um país, faça estas cinco perguntas:

CONCEITO-CHAVE · AS CINCO PERGUNTAS

1) QUEM ESTÁ FALANDO? Identifique o autor e sua posição social. 2) QUEM APARECE COMO HERÓI? Toda narrativa elege protagonistas — por que aqueles? 3) QUEM NÃO APARECE? O silêncio de um texto também é informação. 4) O QUE A LEI FAZIA NAQUELE MOMENTO? Compare sempre o discurso com a norma jurídica vigente. 5) A QUEM SERVE ESSA VERSÃO DA HISTÓRIA? Nenhuma narrativa nacional é gratuita.

A terceira pergunta é a mais importante e a mais esquecida. Se um relato sobre a formação do Brasil não menciona pessoas escravizadas, essa ausência é um dado sobre o relato — não sobre a história.

A quarta é a que mais rende: é na comparação entre o discurso e a lei que aparecem as contradições mais reveladoras. É exatamente o que faremos nas próximas aulas, com a Lei de Terras de 1850 e com a Declaração de Independência americana.

O caminho do semestre

Vamos comparar dois países. De um lado, o Brasil: a invenção literária do indígena como herói nacional e, ao mesmo tempo, sua exclusão jurídica pela Lei de Terras de 1850, com desdobramentos que chegam ao debate sobre o marco temporal em 2023. De outro, os Estados Unidos: a Declaração de Independência de 1776 e a persistência da escravidão e das Leis Jim Crow, até a marcha de Selma, em 1965.

Duas nações diferentes, dois séculos diferentes, o mesmo mecanismo: um texto que celebra e uma norma que exclui. E, ao final, uma pergunta que será sua: que Brasil você quer narrar?

ATIVIDADE — PARTE B (em casa)

Traga estas respostas prontas na próxima aula. Elas serão o ponto de partida da discussão.

1. O texto afirma que a nação brasileira imaginada no século XIX era menor do que a população brasileira real. Explique essa frase citando pelo menos dois grupos excluídos e de que maneira isso ocorreu.
2. Aplique o método das cinco perguntas (seção 11) a um símbolo, monumento, propaganda ou música que você conheça. Responda pelo menos às perguntas 1, 3 e 5.
3. QUESTÃO DE FECHAMENTO. O texto sustenta que "o símbolo elogia enquanto a norma exclui". Você ainda não estudou a Lei de Terras nem a Declaração de Independência americana, mas já pode arriscar uma hipótese: por que seria vantajoso, para quem governa, elogiar publicamente um grupo e ao mesmo tempo excluí-lo por lei? Responda em até 8 linhas.

GLOSSÁRIO DA AULA

Termo	Definição
Comunidade imaginada	Conceito de Benedict Anderson. A nação é uma comunidade política imaginada, limitada e soberana: seus membros nunca conhecerão a maioria dos compatriotas, mas vivem a imagem mental dessa comunhão.
Tradição inventada	Conceito de Eric Hobsbawm. Prática ou símbolo criado em determinado momento histórico, mas apresentado como antigo e imemorial, para produzir coesão.
País	Território delimitado por fronteiras; a dimensão geográfica.
Estado	Conjunto de instituições que exercem poder político e jurídico sobre um território e uma população.
Nação	Comunidade de pessoas que se reconhecem como pertencentes a um mesmo grupo, com história e símbolos compartilhados.
Soberania	Poder de uma nação ou Estado de decidir sobre si mesmo, sem submissão a autoridade externa.
Súdito	Aquele que deve obediência a um soberano. Diferente de cidadão, titular de direitos perante o Estado.
Nacionalismo cívico	Pertence à nação quem compartilha instituições, leis e valores políticos.
Nacionalismo étnico	Pertence à nação quem compartilha ascendência, língua materna ou religião.
Simultaneidade	Sensação, produzida pelo jornal e hoje pelas redes, de que muitos desconhecidos vivem o mesmo presente que nós.
Direitos originários	Direitos anteriores à formação do próprio Estado. É como a Constituição de 1988 trata o direito indígena à terra: não é concedido, é reconhecido.

REPERTÓRIO PARA A REDAÇÃO E PARA O VESTIBULAR

O conceito de comunidade imaginada é um dos repertórios socioculturais mais versáteis para a redação. Serve para temas sobre identidade nacional, imigração, xenofobia, povos indígenas, racismo, memória e patrimônio. A fórmula é simples: mostre que aquilo que parece natural ("ser brasileiro") é construído historicamente — e que toda construção envolve escolhas sobre quem entra e quem fica de fora. O PAS/UnB e o ENEM cobram com frequência a leitura crítica de símbolos, monumentos e discursos oficiais.

PARA IR ALÉM

- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 231.
- BRASIL. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.